

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

-----Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas. -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ (ACTA 05). -----

----- A acta da reunião ordinária realizada no dia 01 de Março de 2010, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Câmara propôs, nos termos e para os fins do disposto no art. 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

----- 1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS-----

----- 3. Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase F – UP 43 (parte restante) e UP 51 Edifício (parte restante). -----

----- - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----

----- 4. Centro Náutico de Montemor-o-Velho (CAR): Fase F – UP 43 (parte restante) e UP 51 Edifício (parte restante). -----

----- - Programa de Trabalhos, Cronograma Financeiro e Plano de Pagamentos definitivos.

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a alteração à Ordem do Dia nos termos propostos pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- PROPOSTAS-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara propôs a realização de uma reunião extraordinária no próximo dia 22 de Março do corrente, para tratar de assuntos directamente relacionados com a próxima Assembleia Municipal de Abril. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- INFORMAÇÕES-----

----- DO PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----- **Primeira** – O Presidente da Câmara informou que o consultor que está a elaborar a informação e fundamentação dos preços, dos serviços e taxas que o executivo terá que aprovar, irá apresentar nesta reunião de Câmara, as propostas desenvolvidas nesse sentido.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Assim, teriam a oportunidade de também hoje serem confrontados com o teor do documento e analisar e aprovar. -----

----- Considera que em relação a estas propostas o executivo deveria partilhar algumas opiniões para posterior decisão. Este é um assunto que irá ser também discutido na próxima reunião extraordinária do dia 22 de Março. -----

----- Mais disse que a prestação de Contas e a Tabela de Taxas eram dois assuntos que irão demorar algum tempo a serem discutidos e por isso solicitava que fossem debatidos no final da reunião. -----

----- No próximo dia 22 de Março teriam então que proceder à aprovação destes mesmos assunto, sendo que na reunião de hoje distribuiria os documentos respectivos. -----

----- Solicitava que fossem lestos no ponto de vista da discussão dos outros assuntos, para que depois se pudessem debruçar sobre aqueles dois pontos, sobretudo no que diz respeito ao Regulamento de Taxas e outras Receitas Municipais. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que nada tinham contra o aditamento à Ordem do Dia apenas faziam o reparo já anteriormente feito em relação à entrega dessa documentação, uma vez que preparavam as reuniões antecipadamente e naturalmente que gostavam de consensualizar as suas posições, em face de documentação que lhes foi entregue. -----

----- Em relação ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e o Documento de Prestação de Contas deixava ali o reparo elogioso à postura tomada pelo Presidente da Câmara. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** – Informou ainda que no próximo dia 21 de Março, pelas 15h30 será inaugurado o campo sintético de Arazede. -----

----- Assim, deixava ali um convite formal a todo o executivo para estar presente e partilharem este momento, uma vez que se tratava de uma obra da iniciativa do município e claramente que vinha ocupar uma lacuna no espaço de oferta competitiva e formativa/desportiva, que era de realçar. -----

----- Esta iniciativa contará com a realização de um jogo de futebol entre o Grupo Desportivo “Os Águias” e a Naval 1.º de Maio. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** – Informou de que tem sido discutido e assumido pelos diferentes parceiros, incluindo o Governo de que o funcionamento do QREN foi algo que não correu bem, nem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

como estava planeado nem como estava previsto entre os diferentes interlocutores nacionais, fossem eles municípios, autarquias, empresas, instituições, o Estado, etc. -----

----- Muito recentemente, com a nova equipa governamental foi o QREN responsabilizado para uma outra pasta do Governo, neste caso concreto a Economia e claramente, nesta primeira fase de adaptação e de intenção de modificar algo dos procedimentos em curso, o Ministério da Economia procedeu a várias reuniões, nomeadamente com a Associação Nacional de Municípios para a criação de um entendimento que viesse a possibilitar um incremento de execução do QREN. -----

----- Este tinha um espaço temporal de 2007 a 2013 e ao fim do terceiro ano existia o chamado “primeira análise de eficiência”, que corre riscos de poder vir a prejudicar todos os montantes a distribuir ao País. -----

----- De qualquer forma, para poderem corresponder ao planeamento feito e que resultou da criação das Comunidades Intermunicipais e dos planos de financiamento contratualizados com base num plano territorial de desenvolvimento, as entidades que referiu anteriormente chegaram a entendimento, através de um protocolo que foi assinado no passado dia 9 de Março do corrente, onde pretensamente e só para o ano de 2010 existiam algumas alterações significativas, do ponto de vista da valorização da componente financiável por parte do FEDER negociado, quer na contratualização quer em âmbito de outros projectos do PO-Regional. -----

----- Assim fazia uma ressalva de que esta situação, para já, só tinha aplicação em termos do PO-Regional – processos de contratualização e processos de candidatura directa que possam ser feitos pelos parceiros – e aí deixava uma nota complementar de que, no caso do concelho de Montemor e de outros, têm vindo a defender, como teve oportunidade de remeter directamente ao senhor Secretário de Estado da Economia, a necessidade de que estas medidas, tendo presente a temporalidade do ano corrente, fossem aplicadas a projectos a que tenha havido candidaturas aos PO's de temática nacional. Neste caso concreto, falava com maior preocupação do POVT (Programa Operacional de Valorização do Território). -----

----- No que diz respeito a este programa foi encontrado um conjunto de procedimentos – que são dezoito – dos quais citaria três ou quatro, que lhe pareciam mais importantes, do ponto de vista da repercussão para ao concelho de Montemor e que o levará eventualmente a ter uma atenção mais incidente sobre determinados projectos. -----

----- Os projectos que estão contratualizados que o PO-Regional tem vindo a desenvolver dizem respeito fundamentalmente na área do Ciclo Urbano da Água, na área da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

Regeneração Urbana, na área dos Centros Educativos e em outras matérias que a contratualização subjectivamente em cada Concelho foi cimentado. -----

----- Para estes projectos será permitida uma taxa de comparticipação de 80%, como decorria do que tinha dito anteriormente. Pretendia-se injectar o máximo de verba este ano, como forma de compensar os anos em que não houve execução.-----

----- Esta vai ser uma matéria delicada, e só para dar um exemplo de que podiam ser beneficiados, tinham neste momento contratualizados projectos:-----

----- 1. Zonas de Acolhimento Empresarial, no caso concreto tinham a zona do Parque Logístico e Industrial de Arazede, cujo concurso já foi aberto por parte da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego e que a Câmara vai avançar com concurso interno. A taxa de referência era de 52% e estava a falar de dois milhões de euros de investimento total. -- -----

----- 2. Regeneração Urbana de Montemor – está aprovada com 52%, mas pode chegar aos 80% e traduz-se em dois milhões de euros de investimento total. -----

----- 3. Centro Educativo de Montemor – o projecto que estava financiado em cerca de 65% e que a Câmara Municipal, em 2010, está a fazer um grande esforço uma vez que a obra terá que estar pronta em Setembro e que pode também aumentar, com a particularidade que nos Centros Educativos existiam duas ressalvas importantes: a primeira é a de que o valor de referência, passou de cem mil euros por sala para cento e trinta para os casos dos centros educativos comportarem menos que oito salas e cento e vinte e cinco mil euros para quem tivesse mais de oito salas, e que é o caso de Montemor onde existem catorze salas. A nível dos equipamentos, fundamentalmente informáticos também passou de rácio de mil euros por sala, para dois mil e quinhentos euros por sala, havendo majorações para quem dentro destes edifícios viesse a utilizar eficiência energética. -----

----- 4. Equipamentos de Coesão: referia-se aos Campos Sintéticos de Arazede e de Carapinheira, que neste momento estavam concluídos. -----

----- Se fizessem as contas estavam a falar, grosso modo, e nos maiores projectos, de variação de 15% a 28% de financiamento. -----

----- Dirigiu um pedido ao senhor Secretário de Estado da Economia que se repercutia em dois aspectos, que considerava que se não fossem efectuados, pelo menos em relação a um deles, iriam criar dicotomia, prejudicando o Concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Uma delas dizia respeito ao Ciclo Urbano da Água, em que a Câmara recorreu, dado o perfil deste concelho, que é igual ao de Soure e de Cantanhede, de gestores verticais puros, ou seja, utilizam a alta e a baixa, por sua responsabilidade, e claramente,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

esta solução que foi dada ao Ciclo Urbano da Água, em termos regionais, permitia apenas a satisfação dos municípios que estão integrados nos Sistemas Multimunicipais. -----

----- Tinham acedido directamente ao POVT, porque cumpriam todos os preceitos do Regulamento e da perspectiva do programa operacional nacional, mas tinham sido penalizados em termos da taxa média, ou seja, tinham neste momento nove milhões de euros em investimentos e em empreitadas, que estavam a decorrer, para o qual, havendo inicialmente uma taxa de referência de 70%, a taxa assinada com a Câmara de Montemor, neste factor destas operações dos três grandes centros, da margem esquerda sul, da zona central do concelho e da zona de Arazede, teve uma taxa de financiamento média de 58%. --- -----

----- Cantanhede e Montemor eram dois exemplos, mas existiam outros no País, e por isso deviam “exigir” que fossem tratados da mesma forma que os municípios que vão beneficiar do PO-Regional, nesta matéria. Isto porque estes Municípios só vão às redes da “baixa”. Não vão aos investimentos em “alta” uma vez que estas estão na responsabilidade dos Sistemas Multimunicipais. -----

----- Sendo o Centro de Alto Rendimento um projecto a ser financiado pelo POVT, considerava que devia, pelos menos, questionar o senhor Secretário de Estado relativamente a esta matéria.-----

----- Das consequências que resultaram do acordo feito com a Associação Nacional de Municípios, existia, tal como referiu logo no início da sua intervenção, um plano territorial de desenvolvimento, de acordo com as NUT's III, onde estavam inseridos os Municípios. Esse plano territorial desenvolveu, desenhou e foi aprovado formalmente, com umas linhas genéricas de intervenção estratégica no território. Através disso foram negociados e contratualizados os fundos financeiros do PO-Regional. Então questionava-se porque era necessário que as Comunidades Intermunicipais fizessem concursos para quem tinha sido autorizado a ser o único exclusivamente a exercer essa verba.-----

----- Os acordos passam a estar em aberto permanentemente e de acordo com os interesses dos municípios são feitas as candidaturas. -----

----- Para que tivessem noção perdia-se actualmente entre seis a nove meses, num processo concursal. O que vinham a dizer sistematicamente quer com POVT, quer com o PO-Regional, andavam entre seis a nove meses e nalgumas situações tiveram situações de um ano, o que era imperdoável. -----

----- Este acordo será entregue aos membros do executivo, para que tenham conhecimento e tenham alguma preocupação nesta matéria e, sobretudo, aperceberem-

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

se como é que isto se torna prejudicial quer do ponto de vista temporal, quer do ponto de vista financeiro, para uma gestão correcta e corrente. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMÍLIO TORRÃO -----

----- **Primeira** – O Vereador Emílio Torrão informou que, relativamente aos semáforos do Bebedouro, foi alertado por dois munícipes, para a existência de uma deficiência na temporização dos sinais, em que no trajecto principal que tem cerca de trinta metros a temporização está para dois segundos, quando a uma velocidade aceitável para o local de 40/50 km, demora cerca de três segundos. Isto tem implicado alguns constrangimentos aos munícipes e feito o estudo, verifica-se que terá que ser redefinida esta temporização, visto que, quem passa com amarelo, pode ocasionar, como já aconteceu, constrangimentos no tráfego. Só houve sustos, não se tendo verificado ainda nenhuma colisão grave, mas gostariam que a equipa fosse verificar esta situação, para aliviar situações de maior gravidade.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO -----

----- 1-DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- SECÇÃO DE CONTABILIDADE -----

----- 1 – ERSUC RESÍDUOS SÓLIDOS DO CENTRO, S.A.-----

----- – TARIFA A PRATICAR PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS -----

----- SÓLIDOS URBANOS (RSU), APROVADA PARA O EXERCÍCIO -----

----- DE 2010 -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a dar conhecimento de que a tarifa a praticar para a recolha de resíduos sólidos urbanos a aplicar em 2010 pela ERSUC foi alterada para 21,66€ por tonelada.-----

----- Esta tarifa, em 2009, era de 19,00€ por tonelada, pelo que se conclui que a tarifa a aplicar pela ERSUC em 2010 sofreu um agravamento de 14,00%. -----

----- À tarifa aplicável acresce IVA à taxa legal de 5%.-----

----- A Câmara tomou conhecimento da tarifa para a recolha de resíduos sólidos urbanos a aplicar em 2010 pela ERSUC.-----

----- 2 – DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2009 -----

----- O Presidente da Câmara informou que entregou aos membros do executivo um CD relativo à Prestação de Contas 2009. -----

----- Mais disse que a sua discussão e aprovação será feita na próxima reunião extraordinária, a realizar no dia 22 de Março. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que este assunto fosse agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal do dia 22 de Março do corrente. --

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----SECÇÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO-----

----- 1 – SEGUNDAS AVALIAÇÕES DE PRÉDIOS URBANOS -----

----- (CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – CIMI) ---

----- Foi presente uma informação dos serviços de teor seguinte: -----

----- “Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 76º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), com a última redacção dada pela Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, “...Quando o sujeito passivo ou o chefe de finanças não concordarem com o resultado da avaliação directa de prédios urbanos, podem, respectivamente, requerer ou promover uma segunda avaliação...”. -----

----- O n.º 2, do citado artigo refere que “... A segunda avaliação é realizada ... por uma comissão composta por dois peritos regionais designados pelo director de finanças em função da sua posição na lista organizada por ordem alfabética... e pelo sujeito passivo ou seu representante.” -----

----- A 17 de Março de 2009, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da Circular n.º 31/2009 (que se anexa) informa que, em articulação com a Direcção-Geral de Impostos sugeriram procedimentos para as segundas avaliações, no sentido de providenciarem a designação de um vogal pela Câmara Municipal para integrar a Comissão. -----

----- Em 30 de Março, foi presente a reunião de Câmara Municipal uma proposta para nomeação do Sr. Eng.º António de Magalhães Cardoso, então Director do Departamento de Ordenamento do Território e a Sra. Eng.ª Isabel Quinteiro, funcionária desta Autarquia.-----

----- Entretanto, e como é do conhecimento geral, o referido vogal já não se encontra em funções nesta Câmara Municipal, tendo tomado posse na Câmara Municipal de Coimbra em Janeiro de 2010, como Director Municipal e a outra vogal nomeada, actualmente exerce o cargo de Vereadora, estando, então, impedida de exercer aquelas funções, por força do disposto no n.º 1, do artigo 9º, da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, que estabelece o Regime das Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos. -----

----- Face ao exposto, e salvo melhor opinião, deverá o Executivo Municipal decidir se pretende nomear novos vogais, sendo certo que não têm de ser obrigatoriamente trabalhadores desta Autarquia.” -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que este assunto seja discutido na reunião extraordinária do dia 22 de Março do corrente.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS-----

----- 1 – PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS -- ----- MUNICIPAIS -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:-----

----- “Com a entrada em vigor da Lei n.º 53 -E/2006, de 29 de Dezembro, doravante designada como Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais — RJTAL, o tradicional sistema de taxas municipais sofreu alterações profundas, ao definir, com rigor, determinados pressupostos a que devem obedecer os respectivos regulamentos municipais. Esta alteração tem como principal consequência uma profunda revisão de toda a regulamentação sobre taxas e outros tributos municipais, por forma à sua adequação a este novo regime legal, sob pena de serem consideradas nulas as taxas que não estejam em conformidade com a nova lei.-----

----- Os principais aspectos das alterações impostas pelo novo regime legal dizem respeito a princípios conceptuais e, também, a questões formais, isto é, os conceitos que deverão orientar a elaboração dos regulamentos municipais, bem como à necessidade de nas mesmas se fazer constar, de forma taxativa, determinados requisitos formais. -----

----- Quanto à principal alteração conceptual do novo RJTAL, a mesma está vertida no artigo 4.º do regime legal e diz respeito ao entendimento, que é novo, sobre o princípio da equivalência jurídica das taxas municipais.-----

----- A epígrafe do artigo 4.º, refere -se ao princípio da equivalência jurídica, no entanto o conteúdo da mesma norma não se prende com a questão formal da “equivalência jurídica”, mas antes com a questão material da “equivalência económica”, subordinando as taxas a uma regra de proporcionalidade que tem em conta o “custo da actividade pública local” ou o “benefício auferido pelo particular”. -----

----- Esta necessidade de fundamentar o valor das taxas (entenda-se, das taxas cujo fundamento é o custo da actividade pública local), obrigou a que fosse efectuado um levantamento exaustivo de todos os processos e procedimentos, para identificar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia dos serviços prestados e a um criterioso exercício contabilístico e financeiro. -----

----- Assim, para cumprimento daquele diploma, elaborou-se a proposta de regulamento e a tabela de taxas que dele faz parte integrante, que se anexa, encontrando -se em total

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

conformidade com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e com a Lei das Finanças Locais.” -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que este assunto seja agendado para a reunião extraordinária do dia 22 de Março do corrente.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

-----**TESOURARIA** -----

----- **1 - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA** -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia 12 de Março do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais, de 579.604,14 € (quinhentos e setenta e nove mil seiscientos e quatro euros e catorze centimos) e em Operações de Tesouraria de 306.447,39€ (trezentos e seis mil quatrocentos e quarenta e sete euros e trinta e nove centimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

-----**SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL** -----

-----**SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS**-----

----- Ausentou-se a partir deste ponto o Vereador Pedro Machado. -----

----- **1 – PROCESSO N.º 91/09.OTAMMV DO TRIBUNAL JUDICIAL** -----

----- **DE MONTEMOR-O-VELHO**-----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro de teor seguinte: -----

----- “Através da informação nº. 48 de 14 de Abril de 2009, foi dado conhecimento ao Executivo Municipal da pendência do processo referenciado em epígrafe, instaurado contra o Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, ao tempo designado Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, relativamente a factos alegadamente praticados no exercício de tais funções.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da pendência do mencionado processo e deliberou em 14 de Abril de 2009 assumir as despesas com a defesa do referido Vereador, de acordo com o disposto na Alínea o), do nº1, do art.º 5º da Lei nº 29/87, de 30 de Junho, alterada e republicada pela Lei 52-A/05, de 10 de Outubro (Estatuto dos Eleitos Locais –EEL), que dispõe que os eleitos locais têm direito a apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respectivas funções, e ainda com o artigo 21º do mesmo diploma que refere: -----

----- “Apoio em processos judiciais” - Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.-----

----- Na sequência da aludida deliberação, a Câmara Municipal efectuou o depósito de 2.500 €, a título de provisão, à ordem o Exmº Sr. Dr. Castanheira Neves, o qual apresentou agora o pedido de pagamento final no montante de 777,42 €. -----

----- Tendo em vista deliberação sobre este pedido, anexa-se cópia da sentença homologatória do auto de desistência da queixa e do pedido cível. -----

----- É entendimento dos serviços que tendo o acompanhamento deste processo, como principal objectivo, a defesa da própria Autarquia, por o processo respeitar a actos alegadamente praticados por Vereador, ao tempo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho no exercício das suas funções públicas, e não se tendo provado dolo ou negligência, antes tendo o processo terminado por desistência de queixa do demandante, que a Câmara Municipal pode assumir os encargos com o presente processo judicial." -----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que, relativamente a este assunto, a bancada do Partido Socialista, não vai contra àquilo que já tinha assumido anteriormente, tendo votado favoravelmente o pagamento destas despesas. -----

----- No entanto, gostaria de referir a elevação e a postura do Dr. Pedro Machado e também do Professor Pinheiro Marques, na solução que encontraram para este processo e a acta mostrava a grande elevação das pessoas em causa que, para além do conflito institucional que existia e que todos conheciam, souberam resolver um litígio a contento. O Dr. Pedro Machado revelou a sua grande disponibilidade pessoal para dar explicações, o que lhes apraz registar, bem como a atitude do Professor Pinheiro Marques em prescindir da indemnização.-----

----- Por este motivo eram a favor deste tipo de soluções consensuais dos conflitos que existem.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade assumir os encargos com o processo em causa, efectuando o pagamento de 777,42 € (setecentos e setenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos), ao Exmº Sr. Dr. Castanheira Neves, bem como as custas judiciais que neste processo venham a ser fixadas como encargo da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

-----Voltou a tomar parte da reunião o Vereador Pedro Machado. -----

-----SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

----- 1 – CONTRATOS DE TAREFA CELEBRADOS COM LÍLIA ALEXANDRA-
----- DE JESUS RIBEIRO (05/01/2010), CRISTIANO CORREIA DE SANTA
----- RITA (07/01/2010) E ANA RAQUEL CORREIA E SILVA -----
----- RODRIGUES DA FONSECA (11/01/2010) -----

----- Foi presente uma informação da Directora de Departamento Administrativo e Financeiro que a seguir se transcreve: -----

----- “Sob proposta dos serviços e mediante deliberação da Câmara Municipal de 04/01/2010, foram celebrados contrato de tarefa, com a duração de dois meses, com os profissionais liberais Lília Alexandra de Jesus Ribeiro (05/01/2010), Cristiano Correia de Santa Rita (07/10/2010), Ana Raquel Correia e Silva Rodrigues da Fonseca, (11/01/2010). -----

----- A celebração dos referidos contratos fundamentou-se na excepcional necessidade de serem concluídas tarefas que estavam sob a responsabilidades desses trabalhadores, enquanto vinculados à autarquia sob o regime de contrato a termo resolutivo certo, dado não existir na altura possibilidade da sua substituição e os respectivos contratos de trabalho não poderem ter mais renovações. -----

----- Relativamente à profissional Lília Alexandra de Jesus Ribeiro, essencialmente as tarefas desempenhadas referem-se ao SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho); a Cristiano Correia de Santa Rita o apoio técnico à Divisão Financeira no âmbito da implementação de novos procedimentos para o novo ano económico; e a Ana Raquel Correia e Silva Rodrigues da Fonseca, a fiscalização da empreitada “ Rede de Esgotos de Liceia”. -----

----- Entretanto, porque pelo menos algumas das referidas tarefas, apesar não se traduzirem em necessidades permanentes dos serviços, terão uma duração previsivelmente demorada, foram iniciados os correspondentes procedimentos concursais para provimento de postos de trabalho com inerente exercício de funções idênticas às acima referidas, os quais se encontram actualmente em curso, mas cujas datas de conclusão não podem ser prevista com precisão. -----

----- Além disso, é previsível que a conclusão destes três procedimentos não seja sequer temporalmente coincidente. -----

----- Pelo exposto, propõem os serviços dos Recursos Humanos, da Contabilidade e do Departamento de Investimentos Municipais que seja autorizada a celebração de novos contratos de tarefa com os profissionais liberais acima mencionados: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Cristiano Correia de Santa Rita a partir do dia 8/03/2010, para apoio técnico à Divisão Financeira no âmbito da implementação de novos procedimentos para o novo ano económico;-----

----- Lília Alexandra de Jesus Ribeiro, a partir do dia 9/03/2010, para apoio aos Recursos Humanos e Avaliadores no âmbito do SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho);-----

----- Ana Raquel Correia e Silva Rodrigues da Fonseca a partir do dia 12/03/2010, para fiscalização da empreitada "Rede de Esgotos de Liceia".-----

----- A retribuição deverá ter carácter mensal e ter valor líquido igual ao anteriormente praticado, devendo o contrato de tarefa perdurar até à data do efectivo provimento dos postos de trabalho pelos titulares que venham a resultar dos procedimentos concursais públicos acima referidos.-----

----- A competência para decisão sobre a presente matéria está cometida ao Executivo Municipal, em face da recente alteração à Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, operada pelo Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro, designadamente no seu art.º 6º. No entanto, face à urgência de prazos e procedimentos em curso, poderá o Sr. Presidente da Câmara Municipal decidir sobre este assunto, ao abrigo do disposto no n.º 43. do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a actual redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ficando tal acto sujeito a ratificação na primeira reunião do Executivo Municipal realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade."-----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, em face da informação dos serviços, e porque as tarefas que estes técnicos estão a desempenhar são imprescindíveis à prossecução dos trabalhos em curso, e sabiam que a Câmara tinha imensos trabalhos em curso, e face também ao elevado interesse público que esses trabalhos têm, a bancada do Partido Socialista votava favoravelmente esta proposta.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar o despacho proferido pelo Presidente da Câmara, para a celebração de contratos de tarefa com os trabalhadores Lília Alexandra de Jesus Ribeiro, Cristiano Correia de Santa Rita e Ana Raquel Correia e Silva Rodrigues da Fonseca.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - INFORMAÇÃO A QUE SE REFEREM OS ART.S 65º E 69.º DA-----

----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO -----

----- DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Foi presente uma informação, referente ao artigo 65º e 69º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei número 5 -A/2002, de 11 de Janeiro, no tocante às decisões tomadas no âmbito deste Departamento, no período compreendido entre o dia 01 e o dia 12 de Março do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número um).---

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----1 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO TERRITORIAL-----

-----2 - DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL -----

-----SECÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E APOIO AO MUNÍCIPE -----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS -----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- 1 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):-----

----- FASE B – UP32A (ENTRADA MONTANTE), UP33S (CICLOVIA SUL),

----- UP42 (ILHAS) E UP43 (CAIS APENAS A PARTE REFERENTE À-----

----- PRAÇA) -----

----- - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde. -----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng.ª Cristina Aguiar. ----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- 2 – CENTRO EDUCATIVO DE MONTEMOR-O-VELHO -----

----- (CONSTRUÇÃO) -----

----- ERROS E OMISSÕES – RECLAMAÇÃO DO PROJECTISTA -----

-----O presente ponto foi retirado da Ordem do dia. -----

-----O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- 3 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR): -----

----- FASE F – UP 43 (PARTE RESTANTE) E UP 51 EDIFÍCIO -----

----- (PARTE RESTANTE)” -----

----- - APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Foi presente uma informação dos Serviços acompanhada pelo Plano de Segurança e Saúde, apresentado pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que o mesmo se encontrava em condições de ser aceite.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, o seguinte: -----

----- Um – Aprovar o Plano de Segurança e Saúde. -----

----- Dois – Nomear como Coordenador de Segurança e Saúde a Eng.^a Cristina Aguiar.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **O ponto seguinte foi introduzido na Ordem do Dia.** -----

----- **4 – CENTRO NÁUTICO DE MONTEMOR-O-VELHO (CAR):**-----

----- **FASE F – UP 43 (PARTE RESTANTE) E UP 51 EDIFÍCIO**-----

----- **(PARTE RESTANTE)”**-----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E -**

----- **PLANO DE PAGAMENTOS DEFINITIVOS**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe, referindo que estes estão em condições de ser aceites.--

----- Um – A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com cinco votos a favor da Coligação Montemor Sempre e duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- **2 - DIVISÃO DE SISTEMAS AMBIENTAIS** -----

----- **1 – ETAR PARA ESGOTOS DE ABRUNHEIRA, VERRIDE E VILA NOVA -**

----- **DA BARCA – CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO**-----

----- **- AQUISIÇÃO DE TERRENO**-----

----- Foi presente uma informação dos serviços referindo que no seguimento da adjudicação da empreitada em epígrafe foram efectuadas negociações com o proprietário Sr. Avelino Guardado Carvalho (e seu filho Avelino Sá Carvalho), com vista à aquisição de uma parcela de terreno sito em Rego do Monte – Verride, para implantação da ETAR.-----

----- O Sr. Avelino Guardado Carvalho, propõe-se vender uma parcela de terreno com 3.500,00m², a destacar do artigo rústico n.º 1641, da Freguesia de Verride, pelo valor de 7.000,00€ (sete mil euros), documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- A Câmara tomou conhecimento e, deliberou por unanimidade adquirir uma parcela de terreno ao Sr. Avelino Guardado Carvalho, com a área de total de 3.500,00 m², a destacar do artigo rústico n.º 1641 sito em Rego do Monte, Freguesia de Verride, pelo preço de 7.000,00 € (sete mil euros).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **2 – REDE DE ESGOTOS DE GATÕES E SEIXO** -----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS** -----

----- **DEFINITIVOS** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe e informação da fiscalização da obra, referindo que estes estão em condições de ser aceites.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **3 – REDE DE ESGOTOS DE VERRIDE E VILA NOVA DA BARCA** -----

----- **- PROGRAMA DE TRABALHOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E--**

----- **PLANO DE PAGAMENTOS DEFINITIVOS** -----

----- Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epigrafe e informação da fiscalização da obra, referindo que estes estão em condições de ser aceites.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalho, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro definitivos.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **4 – CENTRO DE RECOLHA ANIMAL** -----

----- **- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO** -----

----- **- UNIDADE DE INCINERAÇÃO DE CADÁVERES DE ANIMAIS DE--**

----- **COMPANHIA**-----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Montemor-o-Velho a AD ELO – Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego, para aprovação.-----

----- A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, construiu durante o período compreendido entre Setembro/2008 e Fevereiro/2009 o Centro de Recolha Animal de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

Montemor-o-Velho (CRA), que integra duas unidades: O Centro de Recolha Animal e a unidade de incineração de cadáveres de animais de companhia. -----

----- A Unidade de incineração foi equipada pela AD ELO com os elementos considerados obrigatórios para a resposta que se pretende efectuar, nomeadamente câmara de frio, unidade de incineração, equipamentos diversos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a AD ELO, com vista à cedência de exploração de Unidade de Incineração de Cadáveres de Animais de Companhia e dar plenos poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o referido Protocolo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- IV. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ACÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA -----

----- 1 – BOLSAS DE ESTUDO 2009/2010 – LISTAS PROVISÓRIAS -----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços de Educação dando conta de que na sequência da análise processual das candidaturas a Bolsa de Estudo o Júri reuniu e decidiu informar o seguinte:-----

----- - Processos entrados -----

----- Deram entrada 214 processos de Bolsa de Estudo das quais-----

----- • 98 de Renovação-----

----- • 116 de 1ª vez. -----

----- - Candidaturas admitidas-----

----- Da análise efectuada resultou a admissão de 142 candidaturas das quais-----

----- • 82 de Renovação-----

----- • 60 de 1ª Vez. -----

----- De acordo com a alínea a) do artigo 2º do Regulamento consideraram-se admitidas 142 candidaturas a Bolsa de Estudo sendo, 19 candidaturas a Bolsas, previstas nas alíneas b), c) e e) do artigo 2º do referido documento. -----

----- - Candidaturas Excluídas-----

Da análise efectuada verificou-se que tendem para exclusão um total de 83 candidaturas, por não reunirem as condições previstas no artigo 3.º do Regulamentos, das quais: -----

----- • 22 de renovação -----

----- • 61 de 1ª vez-----

----- Na apreciação das candidaturas o Júri baseou-se nos seguintes critérios de selecção:

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- - Para atribuição das Bolsas de Estudo previstas na alínea a) do nº 1 do artigo 2º do Regulamento, o Júri decidiu admitir os candidatos com menor rendimento líquido per capita até ao limite máximo da Remuneração Mínima Nacional em 2008, 426€, de acordo com a alínea a) do nº2 do artigo 7º do Regulamento. -----

----- - Para atribuição das Bolsas de Excelência o Júri decidiu admitir os candidatos com médias iguais ou superiores a 17 valores para o ensino secundário e superior, cinco valores para os candidatos do 10º ano, de acordo com a alínea b) do nº 2 do artigo 7º do Regulamento.-----

----- - Para atribuição das Bolsas de Mérito e Bolsas por outras situações foram admitidas as candidaturas que apresentaram os respectivos documentos comprovativos da situação invocada, de acordo com o nº 4 do artigo 3º assim como com as alíneas c) e e) do nº 2 do artigo 7º do Regulamento.-----

----- - Relativamente aos candidatos(as) residentes há mais de um ano no concelho mas sem Nacionalidade Portuguesa o Júri decidiu atribuir Bolsas de Estudo, em conformidade com o nº 3 do artigo 4º do capítulo II do Regulamento. -----

----- O Júri decidiu ainda atribuir oito Bolsas por Excelência a alunos (as) indicados pelos três Agrupamentos de Escolas do Concelho, por se destacarem entre os seus pares pela Excelência do seu aproveitamento escolar. Uma das candidatas propostas pelo Agrupamento de Araze de não reunia as condições para lhe ser atribuída uma Bolsa, por ter média inferior a cinco valores. -----

----- Concluindo, o Júri de selecção das Bolsas de Estudo, propõe à apreciação do Executivo Municipal, para deliberação provisória o seguinte: -----

----- 1. As listas dos candidatos(as) admitidos(as) para atribuição de Bolsas de Estudo de acordo com os critérios de selecção do artigo 7º do capítulo II do Regulamento de Bolsas de Estudo (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- 2. As listas dos candidatos(as) excluídos(as), por falta de cumprimento das condições de acesso previstas no artigo 3º do capítulo I do Regulamento acima referido conforme listas anexas (documento anexo à presente acta sob o número quatro).-----

----- 3. A lista de oito alunos (as) do 9º ano candidatos às Bolsas de Excelência, indicados pelos respectivos Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas (documento anexo à presente acta sob o número cinco). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar as listas provisórias dos candidatos a Bolsas de Estudo 2009/2010, de acordo com o atrás exposto. ----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

-----Mais deliberou notificar todos os candidatos da deliberação agora tomada e, nomeadamente, os excluídos de que dispõem do prazo de 5 dias úteis a contar da data da recepção da notificação, para interpor recurso escrito sobre a decisão, caso assim o entendam.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 – BOLSAS DE ESTUDO POR MÉRITO ARTÍSTICO-----

----- O Vereador do Pelouro deu conhecimento de que com o objectivo de premiar a Excelência e o Mérito, este ano foi proposto pelo Executivo Municipal que, além das Bolsas com o objectivo meramente social, se premiasse a criatividade na área cultural, sobretudo na área da música, foi decidido abrir concurso para atribuição de Bolsas de mérito artístico.-

----- Contudo verificou-se que durante o prazo de candidatura a Bolsas de Estudo 2009/2010, não houve candidaturas a Bolsas de Mérito Artístico.-----

----- Assim, e para contribuir para o enriquecimento cultural do Concelho, incentivando e premiando quem se distinga nestas áreas, sugeria que se desse uma segunda oportunidade através da abertura de uma 2.ª fase de candidaturas especificamente destinada a atribuir 4 bolsas de mérito artístico, no valor de 700,00€ cada. -----

----- Sugeria ainda que o prazo desta 2.ª fase decorresse entre os dias 15 de Março e 23 de Abril de 2010.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a abertura de uma 2.ª fase de candidaturas a Bolsas de Mérito Artístico, com a atribuição de 4 bolsas, no valor de 700,00€ cada. -----

----- Mais deliberou por unanimidade que esta 2.ª fase decorresse entre os dias 15 de Março e 23 de Abril de 2010. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 3 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS -----

----- DA FREGUESIA DO SEIXO -----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio de 300,00€, à Associação dos Amigos da Freguesia do Seixo, a fim de fazer face a despesas de investimento, mais concretamente em obras de reparação em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.-----

----- 4 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES --

----- DOS CATARRUCHOS – ARAZEDE-----

----- A Vereadora do Pelouro propôs a atribuição de um subsídio de 3000,00€ à Associação de Moradores dos Catarruchos – Araze de, a fim de fazer face a despesas de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

investimento, mais concretamente no apoio de aquisição de um terreno para construção em sede própria. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- V. DIVISÃO DE DESPORTO, JUVENTUDE, TEMPOS LIVRES E TURISMO -----

----- 1 – XIV TORNEIO DE FUTEBOL JUVENIL 2010 -----

----- O Presidente da Câmara propôs a realização do XIV Torneio de Futebol Juvenil 2010 de acordo com o projecto e orçamento que consta como documento anexo à presente acta sob o número seis.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 2 – CAMPEONATO NACIONAL DE PRÉ-INFANTIL E JUVENIL -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 750,00€ à Associação de Karaté de Montemor-o-Velho, como forma de minimizar os custos inerentes à realização do Campeonato Nacional de Pré-Infantil e Juvenil, o qual terá lugar no próximo dia 10 de Abril do corrente ano. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

----- 3 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO -----

----- – AFA – AMIGOS DA FREGUESIA DE ARAZEDE -----

----- (2.ª TRANCHE – 2008/2009) -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio à AFA – Amigos da Freguesia de Arazede, no valor de 1.389,00€, referente às deslocações efectuadas pelas suas equipas em provas oficiais, durante a época 2008/2009, de acordo com o documento anexo à presente acta sob o número sete.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- 4 – III CAMPEONATO DE PORTUGAL DE REMO INDOOR -----

----- ADAPTADO -----

----- O Presidente da Câmara propôs a atribuição de um subsídio no valor de 750,00€ à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Montemor-o-Velho, a fim de minimizar os custos inerentes à realização do III Campeonato de Portugal de Remo Indoor Adaptado, que terá lugar no próximo dia 1 de Maio do corrente ano. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.-----

----- 5 – AVALIAÇÃO DO CLUBE INFANTE DE MONTEMOR -----

----- – ÉPOCA DESPORTIVA 2009/2010 – BASQUETEBOL -----

----- – CANOAGEM – NATAÇÃO-----

----- O Presidente da Câmara deu conhecimento de que, de acordo com o Plano de Actividades apresentado pelo Clube Infante de Montemor, referente à Época Desportiva 2009/2010 (documento anexo à presente acta sob o número oito), e tendo por base a Grelha de Apoio ao Associativismo Desportivo, foi apurado pelos Serviços de Desporto o valor de 44.450,51€.-----

----- De acordo com o corte previsto para a época desportiva 2009/2010, o valor a atribuir será de 40.000,00€.-----

----- Mais disse que esta é uma das estruturas mais organizadas do desporto no Concelho e onde poderiam vir a ter alguns resultados.-----

----- Usou da palavra o Vereador Emilio Torrão dizendo que corroborava com o que foi dito pelo Presidente da Câmara e que o mesmo se passa com a AFA, que produz um excelente trabalho no desporto, na patinagem e que é um bom exemplo de um clube que está a trabalhar bem em prol de uma modalidade. Em relação ao Clube Infante, se existem apoios que são merecidos, estes também são, tal como já referiu numa reunião anterior o Clube Desportivo Carapinheirense e até mesmo o Grupo Desportivo “Os Águias”.-----

----- A questão que se coloca é que efectivamente estes clubes merecem este tipo de apoios e julgava que ao apoiarem estas instituições como apoiavam estavam a promover de forma correcta o desporto.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de 40.000,00€, ao Clube Infante de Montemor.-----

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- 1 – CRIAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA -----

----- “MARCA MONTEMOR-O-VELHO” -----

----- O Vereador Pedro Machado deu conhecimento de que a criação da Marca Montemor-o-Velho, através das sinergias/oportunidades de parcerias, poderá prestigiar, ainda mais, a região e inspirar um novo paradigma de desenvolvimento numa zona caracterizada pelo dinamismo, com factores de atractividade para novos residentes (designadamente, boas infraestruturas a nível da educação, saúde, acessibilidades, lazer e recreio, turismo) muito relevantes e com uma aposta firme na qualidade de vida, na inovação e nas novas tecnologias.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- A realização deste projecto visa essencialmente dar expressão a um conjunto de produtos da região, partilhando uma marca, criando sinergias e facilitando a sua distribuição a nível Nacional e/ou Internacional, diversificando os produtos associados à região, como também melhorando a qualidade dos mesmos, promovendo simultaneamente a Região.-----

----- Essencialmente, os grandes objectivos a alcançar com a criação da Marca Montemor-o-Velho são:-----

----- Promoção turística do Concelho de Montemor-o-Velho, através da divulgação da região, dando ênfase à sua paisagem, hospitalidade das suas gentes, cultura, história e tradição;-----

----- Promoção e qualificação dos produtos regionais para fins turísticos e comerciais, designadamente, artesanato, desporto e bens alimentares, com ênfase no arroz;-----

----- Enquadramento técnico-científico, dos novos produtos, numa óptica de parceria internacional, inovação e aumento da competitividade dos produtos e produtores. -----

----- Assim, poderá o Município de Montemor-o-Velho, através do Projecto CANTATA2, do Programa Transnacional Espaço Atlântico, financiado pela Comissão Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criar um Plano de Desenvolvimento da Marca Montemor-o-Velho. -----

----- Esta comparticipação é de 60% do total, a fundo perdido, sendo conveniente para o próprio projecto, que a totalidade da verba seja facturada em 2010.-----

----- O valor do trabalho a realizar ascenderá a um valor de cerca de 55.000,00€ (+IVA), podendo ser executado através de procedimento de ajuste directo, nos termos da alínea a) do nº. 1 do artº. 20º. do CCP. -----

----- Na criação do plano de desenvolvimento da Marca Montemor-o-Velho, deverão ser avaliadas as áreas temáticas de actuação/enfoque da marca, numa lógica custo/benefício, bem como uma análise rigorosa de mercado com vista à avaliação do potencial da marca, à definição do tipo e gama de serviços, eventos, produtos e produtores a seleccionar.-----

----- Deverá ainda ser definido e integrado uma selecção de produtos, serviços e eventos, estrela da Marca no contexto do Centro de Portugal e designadamente, da Região de Turismo do Centro, bem como, avaliar as potenciais parcerias Nacionais e Internacionais e aproveitamento das sinergias dos diferentes canais de distribuição e promoção visando a articulação de comunicação e divulgação. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Deverá ser contemplado, a respectiva apresentação dos Produtos, Serviços e Eventos Estrela seleccionados – Marca Montemor-o-Velho. -----

----- Poderão ser consultadas as seguintes empresas para a realização do trabalho: -----

----- Blue Earth, Consultoria, Investigação e Desenvolvimento. -----

----- Inplenitus. -----

----- Rejuveland Lda. -----

----- Para acompanhamento do procedimento, deverá ser nomeado um júri, nos termos do disposto do artº. 67º. e seguintes do CCP". -----

----- Mais disse que a Câmara Municipal devia avaliar, analisar e naturalmente apreciar o seguinte: -----

----- Ponto 1 – a possibilidade de que este projecto da criação da “Marca Montemor”, que se inscreve no espírito daquilo que foram alguns dos programas de INTERREG e que tem a ver com a consolidação e com a parceria, neste caso, transnacional, para a qual a marca Montemor sempre deu o seu contributo, que pudesse vir a suportar a criação dos custos da marca, integrando-a não apenas naquilo que já é hoje uma certeza. Ainda recentemente estiveram em Montemor as Federação de Remo e da Canoagem com os parceiros de França, de Espanha e da Irlanda, e portanto, naturalmente, consolidar esta estratégia de definição e sustentação financeira da marca. -----

----- Ponto 2 – Foi previsto um custo de trabalho, consultando informalmente o mercado, por forma a terem um valor de referência. Obviamente que a Câmara, neste sentido, e face aos valores que estavam em causa e a estes objectivos, possa fazer uma consulta a três ou a mais entidades. A Câmara pode sugerir novas entidades e depois permitir, feita essa avaliação e feita essa análise, o ajuste directo para que este processo tenha celeridade. -----

----- É solicitado que se constitua um júri, em sede de executivo, para que logo que o processo fosse realizado, possa ter de facto essa mesma celeridade. -----

----- Estes são os três pressupostos que estão na base da criação da marca, todos conheciam Montemor, mas faltava, de alguma forma, consolidar numa estratégia, muitas das vezes àquilo que todos sentimos de que devemos pegar nas oportunidades e transpô-las para a nossa vida activa. -----

----- Deveriam fazer um aproveitamento integral do Concelho nas suas multi-valências, que não se restringe apenas ao ex-líbris Castelo, no caso do património, ao ex-líbris Pastel de Tentúgal em relação aos produtos e gastronomia, porque existe muitos mais e muitos que são importantes. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Deviam pegar naquilo que também é o espaço natural de Montemor, no caso da paisagem rural, que é um valor, e os campos do Mondego são um valor intrínseco e de tudo o que está acoplado, seja na área da caminhada entre outras, e também obviamente tirar partido em relação àquilo que são as valências criadas com o surgimentos de novos equipamentos, como é o caso do Centro de Alto Rendimento que pode e deve perfeitamente constituir também valor acrescentado na dinamização de um turismo que querem que traga desenvolvimento. -----

----- Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que, relativamente a este assunto os Vereadores do Partido Socialista regozijavam-se com o facto deste ponto ser presente a discussão, porque consideravam este projecto da maior importância, se não um dos projectos mais importantes de que já tinham ouvido falar, desde que estavam em exercício de funções, porquanto as repercussões que pode trazer, em termos de benefícios para o Concelho são da máxima relevância. -----

----- Quando preparou aquele assunto com a Vereadora Paula Rama, aperceberam-se de alguma insuficiência de conteúdo, mas o Vereador Pedro Machado acabou por fazer agora o complemento da informação que foi prestada. -----

----- Consideram que este projecto é um projecto da máxima importância e o programa base de concurso deve conter todo o conjunto de referências que o Vereador Pedro Machado fez. Da mesma forma que se aplica para qualquer outro concurso, neste em particular, deveriam ter o máximo de cuidado. O programa base deste concurso devia ser muito bem esclarecido, até porque contem em si mesmo, muitas opções políticas e não podiam ficar à mercê de um conceito que lhes é alheio e que provavelmente até é feito ou concebido por pessoas estranhas ao concelho. -----

----- Nesse programa base terão que dar indicações muito concretas do caminho a seguir, porque são eles que conhecem o território, são eles que vivem cá e sentem as necessidades e que valorizam o património histórico, cultura, gastronómico, etc. -----

----- A preocupação dos Vereadores do partido Socialista é com a concepção de um bom programa base para este projecto e para este concurso, porque efectivamente esta é uma mais valia que teriam para o futuro. Este é um projecto que será transversal a todos os partidos políticos do Concelho, mas também será um projecto para o futuro de médio e longo prazo. Tratam-se de opções políticas, são opções estratégicas que iam tomar em consenso. -----

----- Assim, a bancada do Partido Socialista está disponível para contribuir, de alguma forma, para a construção de um bom projecto que é a “Marca” de Montemor-o-Velho. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que em relação a este assunto gastaria de acrescentar alguns pontos: -----

----- De facto há uma base de trabalho, acreditando que os novos vereadores possam não ter partilhado este assunto com os seus anteriores camaradas, que diz respeito a um rastreio e a um documento muito importante que foi feito durante os anos de 2007 e 2008, por uma pessoa de Montemor e que foi apresentado e aprovado pelo executivo. Trata-se de um trabalho desenvolvido pelo Dr. Henrique Milheiro sobre o potencial turístico do Concelho e sobre os grandes segmentos de intervenção. Esse trabalho está feito, é uma base de suporte que pode e que deve ser chamado a este projecto. É essencial mas não é suficiente e que permitirá ter uma leitura mais “bairrista” do ponto de vista de alguns dos conteúdos que foram ali referidos. -----

----- Para além disso, existe actualmente, e isso sim é importante, três ou quatro veículos de uma estratégia da necessidade de uma mesma denominação, de uma marca. Quando falavam em inovação tecnológica, criatividade, quando falavam em turismo de grande incidência desportiva de alto rendimento, quando falavam em património, quer ambiental, quer cultural, quer gastronómico, tudo isto tem que se suportar numa marca que, sem criar conflituosidade com aquelas a que devem obedecer, quer do ponto de vista de promoção nacional quer até regional, tenha um carácter que evidencie aquilo que achava que era mais a nossa identidade, seja ela cívica, cultural, histórica, etc. -----

----- Considerava que este trabalho requer alguma brevidade e quando forem satisfeitas algumas dessas prerrogativas, este assunto seja de novo presente numa reunião de Câmara, para que, em consenso, possam garantir uma transversalidade, e sobretudo, uma perspectiva que seja de empatia com a maioria destas condições. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a criação de um plano de desenvolvimento da “Marca Montemor-o-Velho”. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, que o júri, por questões logísticas e funcionais será interno, no entanto atendendo à especificidade do projecto, deverá ser assessorado por entidades/personalidades de reconhecido mérito, a designar numa próxima reunião do executivo. Nessa mesma reunião deverá ser presente o caderno de encargos. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e vinte minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2010 de Março 15

acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.^a